



AS REFORMAS NEOLIBERAIS NO ENSINO SUPERIOR

A POSIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS)

Em atendimento à solicitação dos editores da revista *EM PAUTA*, da Faculdade de Serviço Social da UERJ, a diretoria da ABEPSS, gestão 2007/2008, difunde o posicionamento político desta entidade quanto aos processos de precarização e privatização do ensino, reafirmando a posição contrária, coletivamente assumida pelas entidades nacionais da categoria em relação a esses processos, com destaque para a criação e proliferação dos cursos de graduação a distância, cuja posição foi divulgada em documento atualizado e encaminhado, em abril de 2007, ao Secretário Executivo do MEC. Esse documento integrou um rol de manifestações reivindicatórias das referidas entidades, na perspectiva de frear a abertura e a expansão dos cursos de graduação a distância em Serviço Social.

A (contra) Reforma Universitária, consolidada no Governo Lula, impulsiona o processo de implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, e introduz outros mecanismos como: exame nacional de cursos, mestrados profissionais, substituição de currículos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais e ensino a distância em todos os níveis. Estes mecanismos têm fortes implicações no rebaixamento do nível de qualidade da formação e exercício profissionais, que se contrapõe às exigências do avanço e da consolidação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, na perspectiva da superação das desigualdades sociais e do fortalecimento das lutas sociais democráticas e emancipatórias da sociedade.

A privatização e a precarização do ensino superior têm assumido diferentes expressões, destacando-se principalmente: a transferência de recursos públicos para instituições privadas (paradoxalmente denominada como publicização), através de financiamentos diretos, incentivos e isenções fiscais às empresas privadas envolvidas com a área de educação, em detrimento das universidades públicas, que, em decorrência da perda de investimentos provenientes do Estado, são sucateadas em sua estrutura física, na desvalorização dos recursos humanos envolvidos no processo educacional, na destruição da pesquisa, na sua unidade com o ensino e a extensão e, o que é mais grave, subjugando-as à lógica privatista. Trata-se de mudança na

concepção de educação como um direito social, imprimindo a esta o significado de mercadoria e de serviço a ser vendido.

Nessa perspectiva, a privatização avança no interior das universidades, através de cursos pagos e cobranças de altas taxas, tendo o apoio efetivo pela adesão de setores da comunidade acadêmica que alimentam o processo. Daí a criação e a expansão de Institutos, grupos de pesquisa e outros, de caráter privado, dentro das próprias Instituições de Ensino Superior públicas. Assim, o favorecimento à expansão do privatismo, que se dá via taxas elevadas, envolve também um nível de ensino que ainda não tinha sido capturado por essa perspectiva – a pós-graduação. Sabe-se que a pós-graduação *lato sensu* há muito vem sendo mercantilizada e o que é diferente, hoje, são as taxas exorbitantes; a exigência de pagamento da pós-graduação *stricto sensu* e a introdução do mestrado profissional se dão posteriormente e, o que é novíssimo ou mais recente, é o ensino a distância em todos os níveis.

O ensino a distância é a expressão mais perversa da precarização da educação superior, na medida em que tal modalidade acirra e consolida o ensino privado, de baixa qualidade acadêmica, sendo implementado majoritariamente pelas redes privadas de mercantilização da educação; ao mesmo tempo em que não considera as particularidades das diferentes instâncias educacionais, abrangendo da educação básica à superior e, neste nível, os cursos sequenciais, graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Em face do exposto, a ABEPSS reafirma o seu posicionamento contrário à criação e à implementação de cursos de graduação a distância em Serviço Social e a todos os demais mecanismos que consubstanciam o avanço do processo de privatização e precarização do ensino superior, em sua totalidade, em particular no âmbito do Serviço Social, por colidirem, radicalmente, com os princípios, pressupostos, conteúdos, habilidades, competências e perfil profissional definidos nas Diretrizes Curriculares formuladas por essa entidade para os Cursos de Serviço Social.

As diretrizes curriculares, embora profundamente afetadas pelas estratégias privatistas que precarizam e flexibilizam a formação profissional, mantêm-se sob a direção social do projeto ético-político do Serviço Social como referência de luta e resistência na defesa de uma educação referenciada nas demandas das classes subalternas na perspectiva histórica de superação da ordem capitalista e construção de uma nova sociedade.

A ABEPSS defende que o enfrentamento e a resistência a todas as modalidades de privatização e precarização do ensino superior devam expressar-se não apenas nos instrumentos de difusão de concepções acadêmico-políticas, mas na luta unificada das entidades da categoria, em articulação com outros movimentos sociais, através de mecanismos mais ofensivos de enfrentamento desse conjunto de reformas, que ampliem o acesso público ao ensino superior e garantam uma formação de qualidade na perspectiva de uma educação emancipatória.

Prof^a Dr^a Marina Maciel Abreu
Presidente da ABEPSS, gestão 2007/2008